



Notas informativas

Cartilha sobre orientações para a utilização de águas subterrâneas no Estado de São Paulo



A Fiesp, em parceria com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) lança, em 4 de outubro em Ribeirão Preto no II Simpósio de Hidrogeologia do Sudeste, a cartilha "Orientações para a utilização de águas subterrâneas no Estado de São Paulo". A cartilha tem como objetivo disponibilizar informações práticas e adequadas sobre os procedimentos e cuidados a serem observados quando da perfuração de poços tubulares. Outro objetivo é orientar as empresas na escolha de alternativa de abastecimento de boa qualidade e de baixo custo.

Conselho Estadual de Meio Ambiente



Em 21 de setembro, a Fiesp esteve presente na 215ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). O Plenário deliberou pela concessão da Licença Prévia - LP para o

projeto de Modernização da Refinaria Henrique Lage (Revap), de responsabilidade da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.), atestando a viabilidade ambiental do empreendimento. Destaca-se, entre outros aspectos, que o projeto de modernização da Revap tem como uma de suas principais premissas, o aprimoramento da qualidade dos combustíveis (tornando-os menos poluentes e mais eficientes). Também na reunião, o representante da Votorantim Celulose e Papel S.A., unidade Jacaré, apresentou esclarecimentos sobre o acidente de ruptura do aterro industrial ocorrido em 10 de setembro, demonstrando, de forma rápida e eficiente, a capacidade da empresa em equacionar o problema.

Workshop "Ações Necessárias para a Implantação da Conservação e Reúso da Água em edificações"

Em 30 de agosto foi realizado no Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusconSp), o Workshop, objetivando levantar as ações necessárias e elaborar propostas para viabilizar a implantação da conservação e reúso da água em edificações, em continuidade aos trabalhos conjuntos entre a Agência Nacional de Águas (ANA), a Fiesp e o SindusconSp.

Fiesp/DMA na 13ª Plenária do Comitê Técnico de Gestão Ambiental da Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization - Technical Committee on Environmental Management - ISO/TC 207)



De 09 a 17 de setembro de 2005, em Madrid - Espanha, cerca de 300 delegados de 45 países, inclusive o Brasil, acompanharam e fizeram intervenções nos trabalhos de elaboração de normas ambientais internacionais, da Série ISO 14000. O DMA/Fiesp participou deste evento, como parte da delegação

brasileira. É fundamental a participação ativa de membros de órgãos de normalização ambiental nesses eventos, representando os interesses e mostrando as dificuldades das empresas com relação à adoção e à capacitação para aplicação dessas normas (Ver outras informações na seção Fóruns Ambientais).

Destinação final de garrafas plásticas de refrigerantes

Por solicitação da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) e da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir), o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, intercedeu junto ao Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, pelo veto total ao projeto de lei (PL) do Estado de São Paulo nº 1.148/03, que estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas de refrigerantes. O Governador, por intermédio de mensagem nº 127 restituiu o assunto ao reexame da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, informando o veto ao PL, alegando clara interferência com o comércio interestadual, se mostrando, de imediato, incompatível com a ordem constitucional em vigor, podendo ainda instituir verdadeira alfândega interna.

Projeto de gestão de florestas segue para a CCJ

As Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente do Senado aprovaram o projeto de gestão de florestas públicas que permite a exploração econômica de áreas protegidas por empresas privadas e populações nativas. O uso de áreas de florestas será autorizado por meio de concessão pública. De autoria do Ministério do Meio Ambiente, o projeto abre a possibilidade para que 13 milhões de hectares, cerca de 3% da Amazônia, sejam explorados. Avaliada em regime de urgência, a proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Fonte: OESP, 22/9/2005, Vida, p. A19.

Proposta de Resolução sobre Reúso de Água

Em 30 de agosto, durante a reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), o DMA apresentou os principais aspectos da proposta de Resolução sobre Reúso de Água, que se encontra em discussão no âmbito da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.



Compensação Ambiental

Em 13, 16 e 26 de setembro realizaram-se na sede da Fiesp reuniões técnicas do Grupo de Trabalho sobre Compensação Ambiental cujo objetivo foi discutir e propor encaminhamentos em relação ao tema compensação ambiental, por meio de duas agendas: a) política – com ênfase no equacionamento das pendências legislativas (MP 252/05 e PL 4082/04), visando garantir em lei a fixação de um percentual máximo a ser cobrado a título de compensação ambiental; b) técnica – com o objetivo de discutir e avaliar as proposta de metodologia para cálculo da compensação ambiental dirigida a ambientes marinhos e terrestres, formuladas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais e Renováveis – Ibama, a qual deverá ser disponibilizada para consulta pública. Integram o grupo de trabalho as seguintes entidades: Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para fins Industriais e da petroquímica do Estado de São Paulo (Sinproquim), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal (Sindan), Sindicato da Indústria de Resinas Sintéticas no Estado de São Paulo (Siresp), Sindicato da Indústria de Papel (Sip), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senai, Grupo Rede, Eletros, Departamento de Ação Regional da Fiesp – Depar, Ecosorb, Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), BSH Continental, Instituto Brasil (Ibra), escritório Fábio Feldmann Consultores, além dos representantes do DMA. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo dos senhores Décio Michellis Jr. (Grupo Rede) e do Sr. Davi Venâncio (Depar - Votuporanga).

Meio Ambiente pode ter sua "Lei Rouanet"

Está em tramitação no Senado um projeto de lei que poderá beneficiar as empresas que fazem doações a projetos de meio ambiente garantindo deduções no Imposto de Renda (IR). O projeto de lei do Senado 251/02, de autoria do ex-senador Waldeck Ornelas (PL-BA), está para o meio ambiente assim como a Lei Rouanet (nº 8.313/91) está para a cultura. Se aprovado, permitirá que pessoas físicas e jurídicas façam a dedução no IR devido de até 80% do valor das doações feitas a projetos ambientais, aprovados e registrados no Fundo Nacional do Meio Ambiente e realizados por entidades sem fins lucrativos.

Fonte: (RC) Valor 21/09/2005.

Código de Defesa Animal provoca polêmica

Em 9 de outubro entra em vigor no Estado de São Paulo o Código de Defesa Animal. De autoria do deputado Ricardo Tripoli (PSDB), a lei, que visa proteger os animais e eliminar crueldades e maus-tratos, está mobilizando entidades, pecuaristas e lideranças do agronegócio paulista. Para uns, a lei inviabiliza a produção animal no Estado. Para outros, apenas coloca em evidência medidas de bons tratos que já vêm sendo adotadas. Para o deputado, há uma grande "má interpretação" da lei e só devem se preocupar os que realmente promovem maus-tratos aos animais.

Fonte: FSP, 17/9, Dinheiro, p. B14; OESP, 17/9, Economia, p. B6.

MMA reorganiza competências entre órgãos ambientais

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) pretende encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL) que reorganiza as competências de licenciamento ambiental entre os órgãos ambientais das esferas federal e estadual. O projeto deverá ser encaminhado até meados de outubro em regime de urgência. A expectativa é de que seja aprovado ainda este ano. Além de reorganizar a extensão de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – Ibama e os órgãos ambientais estaduais, o PL também trata a definição de competência de licenciamento para órgãos ambientais municipais. A idéia é tornar a esfera municipal apta a licenciar projetos de infra-estrutura com impacto ambiental local.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>.

Gás automotivo será reciclado

Em setembro o governo federal entregou as primeiras máquinas para reciclagem dos gases de aparelhos de ar-condicionado instalados em automóveis, caminhões, ônibus e outros veículos. Cerca de 20 empresas serão treinadas no uso dos equipamentos em oficinas com a participação de membros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os critérios para escolha das empresas foram publicados na Portaria 121/05, do MMA. A eliminação dos Clorofluorcarbonos (CFCs) é um compromisso assumido pelo Brasil quando ratificou o Protocolo de Montreal, em 1990. Desde 1999, quando foi encerrada a produção de CFCs no Brasil, o uso desses gases foi reduzido em 82,8 %. Além da significativa redução, o País eliminou 88% dos halons, usados em extintores de incêndios, 77,3% do tetracloroeto de carbono e 76,3% do brometo de metila, utilizados pela indústria química. Com a redução do consumo desses gases, o País antecipa em 4 anos as metas do Protocolo.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=1939>

Brasil será o primeiro da América Latina a ter pregão de créditos de carbono

A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio lançaram em 15 de setembro o Banco de Projetos do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. O lançamento representa o primeiro passo para a implantação do pregão de créditos de carbono, que deverá ser o primeiro da América Latina. A Bolsa vai elaborar até o fim do ano um regulamento de operações que será submetido à Comissão de Valores Mobiliários para que seja implantado o pregão. A cotação média da redução de emissão de carbono por tonelada é de US\$ 5. Só serão negociados créditos gerados por projetos que já foram registrados na Bolsa e que estejam em linha com o Protocolo de Quioto. Os projetos precisam estar estruturados e serão analisados por entidade certificadora específica reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), por uma comissão interministerial e pela própria ONU.



O banco conta com um projeto validado, o de captação e queima do biogás produzido no Aterro Sanitário Anaconda, localizado no município de Santa Izabel, no Estado de São Paulo. Existem ainda 8 inscritos como intenção de projeto: quatro do Metrô de São Paulo, um da AES Tietê, um da Sabesp, um do governo de São Paulo e um do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).

Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br>, OESP 19/09/2005.

Mecanismo de desenvolvimento limpo - MDL

O Brasil começa a despontar num mercado que cresce a um ritmo de 200% ao ano. É a venda de crédito de carbono, negócio criado a partir da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em fevereiro passado. O país já ocupa a segunda posição entre os que mais venderam crédito de carbono, atrás apenas da Índia, e tem cerca de um terço dos projetos na fila para certificação pela Organização das Nações Unidas (ONU). A estimativa do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República é de que o mercado de carbono movimentará, até 2012, cerca de US\$ 30 bilhões por ano.

Fonte: *O Globo*, 8/9, *Economia*, p.15.

Cortes em agências ambientais

O Ibama está à beira da falência. Responsável pela execução da política ambiental do governo, acumula uma dívida de R\$ 33,5 milhões. Atolado em dívidas, o instituto foi obrigado a cortar despesas: 15% dos funcionários terceirizados serão demitidos. As ligações telefônicas e o material de escritório foram reduzidos à metade. Estes cortes podem comprometer o funcionamento do órgão, principalmente nos escritórios nas distantes cidades da Amazônia, em parques, na fiscalização e até na execução do Plano de Combate ao Desmatamento. Somado a essa realidade, a direção da Cetesb comunicou, em 26 de julho que havia assinado junto ao Ministério Público do Trabalho e da Cidadania um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que determina a demissão de mais de 400 trabalhadores, no prazo de oito meses. Parte desses foi admitida sem concurso após a promulgação da Constituição Federal para suprir o quadro da recém-criada Secretaria do Meio Ambiente (SMA).

Fonte: *CB*, 20/9, *Política*, p.9. e <http://sintaema.com.br>

Fóruns Ambientais

Região Hidrográfica do Paraná

Foi realizada a 2ª reunião da Comissão Executiva Regional (CER) nos dias 5 e 6 de setembro, em prosseguimento aos trabalhos de elaboração do Caderno Regional da Região, que irá compor o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Na ocasião foram discutidos os seguintes tópicos: a) identificação dos principais atores relacionados aos recursos hídricos, suas características, interesses e estratégias; b) identificação e priorização das principais variáveis e condicionantes de futuro. Em 29 e 30 de setembro ocorreu o Seminário Regional da Região Hidrográfica do Paraná com o objetivo de estabelecer os aspectos prioritários e propor diretrizes, metas e programas para a Bacia, no âmbito do PNRH.

III Conferência Paulista de Produção Mais Limpa

A III Conferência de Produção Mais Limpa ocorreu de 12 a 14 de setembro, na sede da Fiesp e teve como objetivos, motivar as partes interessadas em apoiar o processo de consolidação da Produção Mais Limpa e a adoção da responsabilidade sócio-ambiental em São Paulo, propiciando a troca de informações com a apresentação de casos de sucesso e discutindo barreiras e oportunidades, com a abordagem das questões relativas ao consumo sustentável. A Conferência foi promovida pela Fiesp em conjunto com a Mesa Redonda Paulista de Produção Mais Limpa. As apresentações estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.fiesp.com.br>.

Associação Brasileira de Normas Técnicas/Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental - ABNT/CB-38 – Sub-Comitê 07 – Aspectos Ambientais em Projeto e Desenvolvimento de Produto

Em 30 de agosto, na Fiesp, foi realizada a 10ª reunião da Comissão de Estudo 01 (CE01) do Sub-Comitê 07 (SC07) do Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT/CB-38, referente às normas sobre Gestão Ambiental – Integração de Aspectos Ambientais em Projeto e Desenvolvimento de Produto. Nesta reunião, finalizou-se a análise e discussão sobre documentos que fundamentam a revisão do Guia 64, da ISO, sobre aspectos ambientais na elaboração de normas para produtos. A conclusão é a necessidade do futuro guia de orientação sobre a integração de aspectos ambientais em normas de produtos: 1) incluir a fase de *design*, ou seja, de projeto e desenvolvimento do produto, pois se dá ênfase às fases de produção, uso e descarte dos produtos; 2) homogeneizar os conceitos sobre aspectos e impactos ambientais, de preferência de acordo com a ISO 14001 e a 14050 e 3) homogeneizar a terminologia relativa a alguns aspectos ambientais, de acordo com a literatura técnica especializada.

APP - Reuniões Públicas do Conama

Em 23 de setembro o DMA esteve presente na primeira de cinco reuniões regionais sobre a proposta de resolução que definirá situações de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto para retirada de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APPs). O objetivo das reuniões é debater e esclarecer a população sobre porque o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) está regulamentando o uso das APPs e preparar a votação do tema. Um dos pontos mais controversos é o que se refere à perspectiva de se admitir nas APPs a mineração e ocupações urbanas, atividades de alto impacto ambiental. Segundo o Ministério de Minas e Energia, 80% dos minérios no Brasil se encontram em algum tipo de APP. Essa primeira reunião aconteceu na Região Sul, em Porto Alegre (RS). Participaram do encontro o ministro interino do Meio Ambiente, Claudio Langone, e membros do Conama representando setores produtivos, governamentais e não-governamentais, Ministério Público, entre outros. As reuniões



acontecem em Belém (27/9), Belo Horizonte (3/10), Recife (7/10) e Goiânia (10/10), e não serão deliberativas.

13ª Plenária do Comitê Técnico de Gestão Ambiental da Organização Internacional de Normalização – ISO/TC 207 (Ver seção Notas Informativas)

Os principais destaques da Plenária foram:

- **rotulagem ambiental Tipo III:** a norma ISO 14025 será lançada em 2006, apesar de esforços do Brasil para adotá-la. O ISO/TC207 reconheceu as dificuldades dos países em desenvolvimento em realizar a avaliação do ciclo de vida –ACV de produtos, exigência desta norma, assim como as necessidades desses países com relação a treinamento, comprometendo-se a fazer esforços internacionais para minimizar desigualdades decorrentes da aplicação desta rotulagem no mercado internacional. Nesta linha, as normas ISO 14040 e a ISO 14044, sobre ACV, também serão lançadas em meados de 2006. Influenciarão a rotulagem tipo III e a inserção de aspectos ambientais em projeto, desenvolvimento e em normas de produtos, tendo potencial de colocar obstáculos aos produtos brasileiros, no futuro.
- **mudanças climáticas:** as normas ISO 14064, Partes 1, 2 e 3, serão lançadas em 2005, durante a 11ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 11), a ocorrer em novembro, em Montreal, Canadá. São referências para as indústrias brasileiras realizarem projetos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito e vigência do Protocolo de Quioto.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip) - Fiesp



Câmara Ambiental da Indústria Paulista

A Caip conta, nesta data, com a participação de 85 sindicatos da indústria. Em 1º de setembro, na Fiesp, o DMA coordenou a sua 3ª Sessão Plenária. Na ocasião, houve: 1) apresentação do Relato Final do Grupo de Trabalho (GT) sobre Licenciamento Ambiental, o qual foi aprovado, com 3 propostas e 4 recomendações. Este GT contou com a participação de 25 sindicatos membros da Câmara; 2) apresentação e

avaliação da proposta final sobre o desenvolvimento do temário vertical em grupos setoriais, a qual foi aprovada, tendo-se constituído 9 grupos setoriais para desenvolvimento do temário vertical; e 3) definição do tema e participantes para um novo GT. Aprovou-se a proposta de fusão dos dois próximos temas de debate, constituindo-se o GT de Resíduos Sólidos Industriais.

O Fórum Eletrônico da Câmara, que permite acesso *on-line* aos trabalhos desenvolvidos, está operacional para todos os seus membros. Os mecanismos de acesso, inserção e captação (*download*) de documentos relacionados aos grupos de trabalho e às sessões plenárias já estão em funcionamento e o fornecimento de *login* e senha, para os membros designados pelos sindicatos da indústria representados na Câmara.

Em 8, 22 e 29 de setembro, na Fiesp, ocorreram respectivamente a 1ª, 2ª e 3ª reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Resíduos Sólidos Industriais da Câmara Ambiental da Indústria Paulista. Por meio de candidatura espontânea e com a aprovação por unanimidade dos membros votantes, foi nomeado como coordenador do GT o Sr. André Luiz Saraiva, do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletroeletrônicos e Similares do Estado de São Paulo (Sinaees) e como Coordenador Suplente o Sr. Eduardo Daniel, diretor do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (Sindicel). O objetivo das reuniões foi a discussão sobre os temas e proposição de ações sobre normas jurídicas e técnicas no âmbito nacional e estadual e sobre a gestão dos resíduos sólidos industriais no Estado de São Paulo.

Eventos

Impacto da Avaliação do Ciclo de Vida na Competitividade da Indústria Brasileira

Data: 3 e 4 de outubro

Blue Tree Convention Ibirapuera

Av. Ibirapuera, 2.927, Moema São Paulo – SP

Tel.: (11) 2161-2200, Fax: (11) 2161-2201

<http://www.bluetree.com.br/>

Apresentação do Mapa do Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo

Data: 5 de outubro de 2005 às 14:30h

Emplasa - Rua Boa Vista, 170 – Auditório – 2º subsolo – Centro – São Paulo.

Feira e Conferência Internacional de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Indústria Offshore de Petróleo e Gás

Data: de 7 a 9 de Junho 2006

Macaecentro - Macaé – RJ

Site: www.protectionoffshore.com.br

E-mail: contato@protectionoffshore.com.br



Legislação Ambiental: diplomas legais recentes

Federal

Decreto nº 5.523, de 25 de agosto de 2005 – Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Resolução Concidades nº 34, de 1º de julho de 2005 - Dispõe sobre o objetivo fundamental do Plano Diretor e dá outras providências.

Resolução RDC nº 256, de 19 de setembro de 2004 – Abrange produtos ou substâncias com características fortemente ácidas ou fortemente alcalinas - tais como ácido muriático (ácido clorídrico), soda cáustica (hidróxido de sódio), potassa cáustica (hidróxido de potássio) - e outros com propriedades fortemente cáusticas ou corrosivas. Ficando proibido fabricar, vender, fracionar, expor à venda, armazenar, ceder ou qualquer outra forma de entregar ao consumo da população em embalagens de vidro, sacos plásticos ou quaisquer outras de fácil ruptura, os produtos ou substâncias abrangidos por este regulamento.

Portaria MMA nº 268, de 15 de setembro de 2005 – Dispõe sobre os Encontros Públicos Estaduais a serem realizados no processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Portaria MME nº 384, de 22 de agosto de 2005 - Dispõe sobre a garantia física dos empreendimentos de geração de energia elétrica movidos à biomassa.

Portaria SEAP nº 246, de 18 de agosto de 2005 - Aprova o Manual Técnico e Ambiental, contendo o detalhamento das especificações técnicas e ambientais para avaliação das propostas no âmbito do Profrota Pesqueira.

Portaria MMA nº 203, de 29 de julho de 2005 - Institui Comissão para Articulação e Integração das ações do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), com a finalidade de promover a gestão integrada de recursos hídricos e a gestão ambiental.

Portaria MMA nº 202, de 29 de julho de 2005 - Dá nova redação à Portaria nº 44/2005, que institui Grupo de Trabalho Permanente (GTP), com a finalidade de estudar a possibilidade de aprimoramento e otimização dos procedimentos de licenciamento ambiental, propor estratégias para o aprimoramento das informações de licenciamento ambiental contidas no Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), instituído pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e propor medidas para garantir a implementação do acesso público aos dados e informações referentes ao licenciamento ambiental existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

Portaria MAPA nº 104, de 28 de julho de 2005 - Submete à consulta pública, procedimentos a serem adotados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para efeito de obtenção do Registro Emergencial de agrotóxicos e afins, destinados a uso em emergências como descrito no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Instrução Normativa SDA nº 23, de 31 de agosto de 2005 Aprova as definições e normas sobre as especificações e as garantias, as tolerâncias, o registro, a embalagem e a rotulagem dos fertilizantes orgânicos simples, mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura.

Projetos de lei – PL

Projeto de Lei do Senado nº 319/2005 – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências”, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Projeto de Lei nº 5876/2005 – Dispõe sobre a Cota de Reserva Florestal (CRF).

Projeto de Lei nº 5848/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação nas embalagens e rótulos de produtos que contenham organismos geneticamente modificados em sua composição.

Projeto de Lei nº 5820/2005 – Dispõe sobre a exigência de Plano de Controle da Contaminação Ambiental, para fins de licenciamento ambiental, e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 296/2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso.

Estadual

Resolução SMA nº 26, de 23 de agosto de 2005 - Dispõe sobre a aceitação de certidões das Prefeituras Municipais nos procedimentos de licenciamento ambiental, de competência dos órgãos técnicos desta Secretaria do Meio Ambiente com base na Resolução CONAMA nº 237/97.

Projetos de lei – PL

Projeto de Lei nº 588/2005 – Obriga a instalação de Alças Removíveis, Descartáveis e Recicláveis para o transporte de Urnas Funerárias.